

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

VARGAS, Celina. *Celina Vargas (depoimento, 2012)*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IIAM, 2013 30 pp.

CELINA VARGAS
(depoimento, 2012)

Rio de Janeiro
2013

Nome do Entrevistado: Celina Vargas

Local da entrevista: Rio de Janeiro – RJ

Data da entrevista: 13 de abril de 2012

Nome do Projeto: Cientistas Sociais de Países de Língua Portuguesa (CSPLP):
Histórias de Vida

Entrevistador: Celso Castro

Assistente: Gabriela Mayall

Câmera: Thaís Blank

Transcrição: Maria Izabel Cruz Bitar

Data da Transcrição: 24 de abril de 2012

Conferência Fidelidade: Gabriela Mayall

Data da conferência:

** O texto abaixo reproduz na íntegra a entrevista concedida por Celina Vargas em 13/04/2012. As partes destacadas em vermelho correspondem aos trechos excluídos da edição disponibilizada no portal CPDOC. A consulta à gravação integral da entrevista pode ser feita na sala de consulta do CPDOC.

C.C. – Só para explicar o contexto, esse é um projeto sobre história das ciências sociais no Brasil, então, a gente tem entrevistado cientistas sociais por causa da trajetória acadêmica ou, também, muito, pessoas que criaram as instituições. Então, tem muita gente envolvida com o Cebrap, com o Iuperj, o Museu Nacional, com essas coisas.

C.V. – Eu estava até pensando nessas coisas.

C.C. – Então, o Cpdoc, sem dúvida, a gente ainda tinha que te ouvir, por mais que tenha entrevistado a Alzira, Aspásia e Lúcia, outras pessoas que comentam. Bom, Celina, então, vamos falar do contexto que deu origem ao Cpdoc. Mas antes disso eu queria voltar um pouco à tua formação, com o curso de sociologia – você estudou na PUC. Não sei se esse é um bom momento. Qualquer coisa, a gente volta um pouco à sua origem familiar.

Celina Vargas – Pode ser, porque eu acho que tem a ver. Eu me formei em 1966, na sociologia da PUC. Naquela época havia uma certa divisão de áreas: sociologia, antropologia e economia. Aliás, sociologia, política e economia. E eu optei pela área de sociologia e política. Imediatamente após, fui fazer o Iuperj – fui da primeira turma do Iuperj de mestrado –, fiquei mais ou menos um ano ou um ano e pouco no Iuperj; depois eu fui para Paris, para fazer um doutorado na França. Eu frequentei a Sciences Po – tive como orientador o Serge Hurtig –, e fazia, simultaneamente, a Faculdade de... a Sorbonne Paris V, que tinha um curso do Bourricaud que era mais especializado em ciência política. Enfim, eu fiz todos os cursos para fazer uma tese de doutorado, que eu acabei não redigindo. A minha tese de doutorado, eu acho que acabou sendo a criação do Cpdoc. Não foi escrita, mas foi realizada.

C.C. – Bourricaud não foi o seu orientador?

C.V. – Foi o Bourricaud e, dentro da Sciences Po, eu tinha que ter outro, também. Eu tinha dois, na verdade. E fiz também cursos no Arquivo Nacional da França. Porque eu já tinha saído do Brasil com uma preocupação muito grande com o arquivo de Getúlio Vargas, e eu comecei a entrar, muito timidamente, e frequentei um curso sobre arquivos privados: Madame **Douard**, se não me falha a memória, que era especialista em arquivos privados, e eu comecei não só a frequentar os cursos, mas, de vez em quando, a me orientar com ela, a conversar com ela e explicar um pouco qual era a situação do arquivo Vargas. Não era nada mais do que eu tinha na cabeça: como fazer quando chegasse ao Brasil, que eu ia ter que resolver o problema do arquivo Vargas.

C.C. – Vou só voltar um pouquinho. Você ingressou na PUC em mil novecentos e sessenta e...

C.V. – Seis.

C.C. – Não, em 1966 você se formou.

C.V. – Em 1963.

C.C. – Em 1963, no governo Jango, ainda. Qual era a tua motivação, na época, para fazer ciências sociais? E como é que isso era também recebido na tua família? Era uma opção estranha? Ou não?

C.V. – Não. Veja só, a família é uma família de pessoas formadas em direito. É claro que o direito passou pela minha cabeça naquela época. Meu avô era formado em direito e minha mãe era formada em direito; meu pai é que havia feito engenharia e era militar, tinha feito a Escola Naval. Mas, vamos dizer assim, a linha do direito seria a linha natural. Mas, naquela época, o direito era uma coisa muito formalista e muito pouco tentadora para um jovem. E eu certamente fiquei entre os dois, entre o direito, numa determinada época, e a sociologia. Mas a força da realidade brasileira, as questões que se colocavam para a minha geração nos anos 1960, o momento de transformação que o Brasil vivia... Eu tinha vivido intensamente o governo Juscelino, porque meu pai trabalhava junto, tinha sido o principal articulador da campanha do Juscelino, então, foi muito próximo para mim; o Jango também foi muito próximo; como também eu vi muitas reuniões da revolução de 1964 serem avisadas na minha casa para serem avisadas ao Juscelino. Então, a política era muito forte. Ao mesmo tempo, a questão social era muito... forte é a palavra certa, talvez, mas era muito expressiva para a nossa geração, quer dizer, a questão da pobreza, as questões não resolvidas da área social, a favela. Era tudo muito complexo e era uma realidade que você não tinha informação. Então, acho que para a minha geração, nos anos 1960, estar na faculdade, estudar sociologia... A teoria era toda a teoria... Praticamente não se estudava os brasileiros, nem a teoria brasileira, nem o Sérgio Buarque de Holanda, nada. Estudava-se Talcott Parsons e Merton... Enfim, por aí. E os professores que vinham eram... vinham muito também do exterior, então, vinham com toda a teoria, vamos dizer assim, ou da Europa, ou dos Estados Unidos, e a questão da realidade brasileira ficava na nossa cabeça como uma bomba. Eu acho que isso me marcou profundamente e eu acho que me marca também em relação ao Cpdoc.

C.C. – Agora, no curso de sociologia da PUC, na época... Ele era mais teórico ou tinha professores preocupados já em entender essa realidade brasileira?

C.V. – Tinha professores preocupados. Por exemplo, eu fui aluna do Manoel Maurício – cheguei até a dar aula para ele no curso pré-vestibular, porque era uma boa aluna de história e ele me pinçou lá. Tínhamos professores muito bons: em antropologia, o professor Manuel Diégues; em ciência política tinha o Cândido Mendes. Você não pode deixar de reconhecer que o Cândido é um homem de grande imaginação sociológica, então, obviamente... O César Guimarães estava vindo da Europa... dos Estados Unidos; o Bolívar... o Bolívar me deu aula no mestrado; o Amaury; o Sérgio Lemos... Tinham muitos professores...

C.C. – O Glaucio Soares, você chegou a pegar?

C.V. – O Glaucio queria me levar para a Flacso. Eu não cheguei a ter aula com ele, mas ele me... A mim e à Lygia Sigaud. Nós tínhamos sido escolhidas por ele para ir para a Flacso, para fazer mestrado no Chile. Mas, não sei, alguma coisa me dizia que eu não devia ir para o Chile. Foi uma coisa muito forte, realmente. Eu queria ir para a Europa. Eu queria ter uma abrangência maior do que a América Latina. Eu queria ver um mundo mais diferenciado. E eu não queria ir para os Estados Unidos. E aí o Fernando Henrique foi muito importante, também, porque...

C.C. – Você conhecia o Fernando Henrique de onde?

C.V. – Foi o seguinte: o arquivo Vargas atraía para a casa da minha mãe uma quantidade de cientistas sociais brasileiros e americanos enorme. Então, eu conheci o Luciano Martins. (Aliás, fui visitá-lo semana passada). E o Luciano... Como conheci o Hélio Silva, como conheci o McCann, como conheci o Skidmore, o Levine... Todos. Eu não conheci no Cpdoc; eu conhecia da sala de jantar da minha mãe. E essa imagem foi uma imagem que me... Não sei, eu estava saindo de casa ou chegando em casa – eu ainda morava com ela, ainda era solteira –, e eu olho para a sala de jantar e tinha assim, seis brasilianistas trabalhando e ninguém tomando conta dos arquivos. Estava lá o Luciano, estava a Alzira, estava o Hélio Silva, estava o Levine, o McCann, todos sentados. Eu disse: “Isso não vai dar certo. Isso não pode dar certo. Isso não pode ficar muito tempo. É muita gente em cima de uma papelada que, por mais que a minha mãe tenha amor a Getúlio, carinho por Getúlio e a esses papéis, ela não vai conseguir controlar isso. Nós temos que institucionalizar isso”.

C.C. – Eles chegavam direto a ela, pedindo?

C.V. – A ela.

C.C. – Pedindo para ter acesso aos documentos.

C.V. – E ela liberava se quisesse. Era fantástico! Era uma maluquice!

C.C. – Ela fez isso durante vários anos?

C.V. – Vários anos. Vários anos. Até que se tornou realmente uma coisa tão forte que ela mesma percebeu que ela tinha que institucionalizar e que tinha que criar alguma alternativa.

C.C. – Mas, antes disso, você saiu da PUC e foi fazer o mestrado no IUPERJ, que estava começando. Era a primeira turma, não é?

C.V. – Era a primeira turma.

C.C. – Como é que era? O que era o IUPERJ na primeira turma?

C.V. – Ah, era fantástico! Era realmente uma... Era muito dinâmico. Era um grupo muito forte: Vera, Vilma, Lúcia, Cidinha Hime... Era um grupo grande. E os professores eram: o Bolívar, o Wanderley, o César Guimarães... O Amaury, também, eu acho que dava aula.

C.C. – Quer dizer, tinham vários da PUC, também, que...

C.V. – Nossa! Era uma loucura! Eu fiz um curso também, no Museu, com Emile Baas. Porque, essa época, eu acho que eu já estava dando aula na UFF, então, talvez por... Seria um pouco...

C.C. – Você deu aula de ciência política, na UFF?

C.V. – É. Talvez, um pouco de influência do professor Castro Faria, com quem eu aprendi muito, também. Foi uma pessoa que me influenciou demais, demais: o rigor científico, a necessidade das citações, das regras acadêmicas e tudo aquilo.

C.C. – Eu fui aluno dele, também.

C.V. – Era uma maravilha de pessoa, não é? Mas eu estava falando como é que eu conheci o Luciano, como é que essas pessoas...

C.C. – Ah, sim, o Fernando Henrique.

C.V. – O Fernando Henrique. Sim, aí eu já tinha voltado da Europa, onde nós estreitamos ligações, a Aspásia, a Alzira, o Luciano, em Paris, obviamente, porque era um grupo de brasileiros, cariocas que estavam em Paris, e a gente convivia muito com Maria Yedda Linhares, Celso Furtado, com Conceição...

C.C. – Mas uma parte desse grupo estava por razões políticas; outros, por razões mais acadêmicas; e alguns, por uma mistura disso, talvez.

C.V. – Ah, o meu era um pouquinho misturado, também.

C.C. – A sua situação também era um pouco...?

C.V. – Na verdade, eu já estava casada com o Wellington, e o Wellington tinha uma situação política mais expressiva na AP naquela época e, obviamente, nós estávamos na alça de mira já. E acho que meu pai, quando nós tomamos a decisão de estudar fora, adorou a ideia.

C.C. – Seu pai concordou?

C.V. – Concordou, ajudou, só faltou levar.

C.C. – Nessa altura, a revolução já tinha virado outra coisa.

C.V. – Estava muito ruim. Isso já é nos anos 1970.

C.C. – Mas você também tinha alguma participação, alguma atuação política na AP?

C.V. – Não, não. Eu fui mais da Dissidência.

C.C. – Então, a decisão de ir para lá tinha esse componente, também, de fugir um pouco do...

C.V. – Ninguém podia passar sem uma profunda revisão dos seus valores e ensinamentos naquela época. Realmente, era muito forte.

C.C. – Nesse período na França, então, você reencontrou ou conheceu várias pessoas novas.

C.V. – Não, o Luciano, eu já conhecia; a Alzira, eu já conhecia; a Aspásia tinha dado aula no lugar do Cândido Mendes. Eu já conhecia todo mundo. Só que a gente estreitou ligações, estreitou amizades e, evidentemente, frequentava, como também frequentávamos os cursos: a Alzira fazia Bourricaud; a Aspásia fazia Touraine; o Wellington fazia... também era com... o orientador de tese dele era o Touraine. De vez em quando vinha um professor dar aula – a Conceição, ou o Celso Furtado –, então, ia todo mundo assistir. Porque a perplexidade diante da realidade... A realidade brasileira era muito forte, não é? Além do mais, porque o Brasil estava indo *muito bem, obrigado*, e as nossas ideias tinham ido um pouco para o brejo.

C.C. – Era a época do “milagre econômico” aqui.

C.V. – Também.

C.C. – Mas vocês tinham notícias, também? Frequentes? Poucas? Talvez você tivesse mais porque...

C.V. – Eu tinha muito, pelo meu pai e minha mãe.

C.C. – Pelo seu pai e sua mãe.

C.V. – É. Eles me escreviam muito. Naquela época não tinha computador, não é? Minha mãe, como uma boa escriba, escrevia umas duas ou três vezes por semana, e recebíamos revistas, livros, tudo. Eles mandavam tudo para a gente, para, exatamente, nós não perdermos o contato e voltarmos. **Porque é claro que...**

C.C. – Você mencionou que fez um curso, ou algumas palestras, não sei, no Arquivo Nacional francês. Foi nessa época que você morou lá? E qual foi teu interesse de fazer o curso no Arquivo?

C.V. – Getúlio.

C.C. – Já preocupada com o arquivo Getúlio.

C.V. – Getúlio. Eu não tinha nada... Eu sabia que, quando eu voltasse... Quer dizer, eu fui para fazer o mestrado e o doutorado, escrever uma tese. Comecei a fazer a tese sobre partidos políticos, PSD e PTB, como forma de sustentação de poder. A Maria Celina deve até saber mais do que eu sobre a minha tese. Depois eu acabei dando de presente para ela dados, bibliografia e tudo que eu tinha escrito. Aliás, ela começou no Cpdoc como estagiária da minha tese; depois é que ela foi incorporada. E, na verdade... Sim, nós estávamos lá estudando. E li tudo. Quer dizer, além disso, a gente fazia curso de marxismo, é claro, lia *O capital*. Tinha que ler. Fazia parte das nossas ideias da época. Nós tínhamos que ler tudo aquilo. Então, a gente fazia todos os cursos acadêmicos, fazíamos os cursos políticos e fazíamos reuniões, obviamente. Convivia com o Marcito, e o Marcito me dava tarefas para fazer, também.

C.C. – O Márcio Moreira Alves.

C.V. – É, o Márcio Moreira Alves, que era meu amigo. E com isso a gente tinha uma gama de coisas para fazer em Paris. Não dava tempo nem de ver muito a cidade, não. A gente trabalhava muito; inclusive visando uma informação mais precisa do que estava acontecendo no Brasil. E o curso foi a mais, foi um curso a mais, não foi nada de mais. Foi um curso de dois ou três meses e uma conversa com essa senhora que me deu uma orientação sobre como organizar o arquivo Vargas quando eu voltasse ao Brasil, que era a minha ideia, sem ter ainda nada na cabeça.

C.C. – E quando você voltou... A volta ao Brasil... Você já tinha decidido que estava um período suficiente na França? Como é que foi a decisão da volta?

C.V. – A decisão de voltar foi um pouco pressão de família, porque eu sou filha única, meu pai e minha mãe estavam carentes – minha mãe esteve doente e ele, sozinho, não podia ficar... Tomar conta dela o tempo todo, então, me pediu para voltar. E eu voltei, evidentemente, tendo terminado todo o curso e tendo a tese por fazer. Quer dizer, a gente poderia fazer a tese no Brasil, não havia nenhum problema – só teria que depois defender a tese –, mas nós fomos absorvidos por outros assuntos.

C.C. – Em que ano que você voltou?

C.V. – Em 1972.

C.C. – Em 1972. Bom, o Cpdoc vai demorar ainda um ano para ser criado.

C.V. – Só um ano.

C.C. – Pois é. Nesse ano, você voltou já com a ideia de criar uma instituição? Qual era a sua ideia quando você voltou?

C.V. – Eu sentei em casa... Veja só, a pressão da minha casa era muito forte, porque nós tínhamos uma parte da biblioteca do Getúlio dentro de casa; o arquivo organizado, feito por Alzira, de 1930 a 1945, dentro de casa; e a certeza de que... Na Fundação Darcy Vargas, ela tinha guardado, em dois ou três quartos, muito material a mais que nunca

ninguém tinha colocado a mão: livros e documentos. Aquilo não poderia ser eterno, aquilo não poderia continuar, aquilo não poderia... Aquela mesa da sala de jantar sendo, vamos dizer assim, consultada por todos os pesquisadores que vinham, sem nenhum controle, aquilo não poderia continuar. Eu tinha certeza que aquilo ia explodir, e eu tinha que resolver, porque minha mãe tinha uma paixão enorme por aqueles livros e ela só ia confiar se, obviamente, aquilo estivesse em plena confiança e em um lugar muito seguro para ela. Por outro lado, eu, de alguma forma, comecei a estudar o assunto e comecei a pesquisar, a ler não só para a tese, mas também sobre documentação, e comecei a me preparar para alguma coisa que eu sabia que viria. Depois que eu voltei da França, nós continuamos nossos cursos de doutorado na USP e foi aí que eu conheci o Fernando Henrique Cardoso; o Francisco Weffort, que foi meu orientador...

C.C. – Mas a USP aceitava como um ingresso especial? Ou, não, era um ingresso como se fosse um doutorado novo?

C.V. – Não, seria uma continuidade.

C.C. – Uma continuação do que você fez.

C.V. – Na verdade, era para ter um orientador de tese, que seria... Evidentemente, ter o Weffort para orientar sobre partidos políticos seria muito melhor. E aí eu fui começando a trabalhar a tese com o Weffort e frequentava o seminário...

C.C. – Aí você ia a São Paulo eventualmente?

C.V. – É. Só que eu fiquei grávida do meu primeiro filho, Bento, que nasceu em 1973. Aí as coisas começaram a dificultar. E, ao mesmo tempo, já tinha a crise do MDB, o Fernando Henrique já nos chamava também para reuniões políticas, a Maria da Conceição Tavares, o dr. Ulysses Guimarães. Então, era uma confusão que... Na verdade, eu já nem sabia onde é que eu estava. Eu sei que a demanda era enorme. E nós estávamos os dois... Eu, grávida, e o Wellington também tendo que trabalhar e meu pai chamando ele para a política. E foi aí que explodiu tudo: a tese acadêmica foi pelos ares, não houve tese nenhuma, nem de um nem de outro, e o Wellington entrou na política e eu assumi que eu tinha que resolver a questão de Getúlio e o arquivo Vargas e comecei então a pesquisar. E o Fernando Henrique foi a pessoa mais importante, em termos de discussão de o que seria uma instituição. Para mim, foi ele.

C.C. – Ele tinha a experiência do Cebrap já.

C.V. – Ele tinha a experiência do Cebrap.

C.C. – Mas o que ele imaginava que pudesse ser feito com o arquivo? Porque o Cebrap era um centro de pesquisa propriamente dito.

C.V. – Posso voltar atrás?

C.C. – Pode, é claro.

C.V. – Têm três questões que fazem a minha cabeça e que, de alguma forma, a gente está falando meio sem muita cronologia, mas que eu acho que eu tenho que me colocar, até

pelo viés histórico: a pressão da minha família era muito forte, a presença do arquivo Vargas na história do Brasil era muito forte e a minha consciência era enorme, porque eu sabia o que isso representava para a história do Brasil. A afetividade da minha mãe, o amor que a minha mãe tinha por esses documentos me levava a pensar numa solução boa, é claro. E a questão da realidade, quando nós tínhamos, na faculdade, um debate sobre ter uma instituição onde você pudesse discutir as questões do Brasil, não só atuais, dos anos 1970, naquela época, mas voltar atrás para entender o que tinha acontecido no Brasil, com o fracasso de todas as nossas ideias, era muito importante para a minha geração. Aí muito a Lúcia pode te falar mais, porque ela vai ter mais isenção, menos emoção do que eu. Mas ela tem, realmente, uma participação grande nisso. E a terceira questão que vem são as ciências sociais. Quer dizer, é claro, você não passa pela sociologia da PUC, você não passa pelo IUPERJ, você não frequenta o Museu Nacional, você não vai para a França, conhece a École des Hautes Études, conhece a Sciences Po, vê aquilo tudo institucionalizado, as pessoas discutindo, trabalhando, pagas pelo governo ou por organizações não governamentais, mas discutindo ciência social e as realidades da América Latina... Porque o Touraine, o que fazia era isso, o Bourricaud era isso, a Eprass era isso. Então, a gente vivia a necessidade de entender a América Latina, o Brasil, e as ciências sociais eram um instrumento fundamental para isso. Então, são três questões: o arquivo; a realidade brasileira que tinha que ser entendida; e as ciências sociais como um instrumento. Quer dizer, isso tudo estava em ebulição na minha cabeça e era muito complicado.

C.C. – Mas você precisava achar uma saída, não é?

C.V. – Eu queria achar uma saída para tudo isso.

C.C. – E aí o Fernando Henrique, você disse que ele te ajudou muito a esclarecer que tipo de...

C.V. – Sim. Porque ele tinha o Cebrap, e eu fui conhecer o Cebrap, entender melhor como é que o Cebrap funcionava. Porque ele tinha sido cortado da USP e ele criou o Centro exatamente para abrigar os pesquisadores exilados. No Rio de Janeiro não tinha centros de pesquisa. O único centro de pesquisa em ciências sociais que, se não me falha a memória, existia antes dessa época era o Centro de Pesquisas Educacionais, ou Centro... o Ifcs, o Instituto de Ciências Sociais, que funcionava na Marquês de Olinda, onde o Luciano trabalhava, a Alzira, a Maria Luísa...

C.C. – Depois passa a ser parte da UFRJ, o Ifcs.

C.V. – É. Mas aí perde a parte de pesquisa, que ali tinha muita. E a minha vocação era sempre para a pesquisa. E eu entendia também que você não podia ter documentação sem ter pesquisa.

C.C. – Já existia... Na Cândido Mendes, o Hélio Silva não tinha um centro?

C.V. – Não. Foi aí. Isso foi uma dissidência. Porque inicialmente se pensou até em levar o Hélio Silva para um lugar onde se pensasse a questão das ciências sociais. Porque o Hélio Silva tinha toda uma documentação recolhida dentro da casa dele e ele tinha um centro de documentação que nós íamos frequentemente e víamos. Ele era complementar ao arquivo Vargas.

C.C. – Ele compilava muita informação.

C.V. – Sim. Mas ele, além do arquivo Vargas, ele consultava outros: ele ia à polícia, ele ia ao arquivo do Itamaraty, ele frequentava os arquivos públicos. Ele compilava, não há dúvida nenhuma. Ele fazia uma história, vamos dizer assim, de documentação, mas que... Vou te dizer uma coisa: é muito rica. Até hoje é referência. Porque quando você tem uma dúvida de você tirar um documento e que você não tem condições de ir ao Cpdoc para consultar, você vai e você encontra a localização do documento, a data, a precisão do evento naquele momento. Eu tenho ele ali todinho e respeito muito. A ideia inicial era trabalhar com o Hélio Silva junto e o arquivo Vargas...

C.C. – Você o conhecia de onde?

C.V. – Da sala de jantar da minha mãe.

C.C. – Também. Ele pesquisando Getúlio. E ele não pensou...? Ele queria levar o arquivo para a Cândido? Não chegou a pensar nisso?

C.V. – Sim, ele chegou a pensar em levar para a Cândido Mendes. Mas aí não era possível. Porque eu tinha vivido o Iuperj, eu sabia o que o Iuperj era, eu sabia as dificuldades do Iuperj e eu sabia as dificuldades de dinheiro que a Cândido Mendes tinha no seu centro de pesquisa. E aí houve uma dissidência: ele optou por levar a documentação dele para aquele instituto de memória da Cândido Mendes, e nós dissemos: “Não, Getúlio não vai”. E aí voltamos a trabalhar e a pesquisar e a conversar, até que se chegou à solução Fundação Getúlio Vargas. E aí minha mãe foi conversar com...

C.C. – Com o dr. Simões.

C.V. – ...com o dr. Simões. Escreveu uma carta muito bonita a ele... A carta é posterior. Primeiro foi conversar com ele. E, obviamente, o dr. Simões... Você não conheceu ele, não é?

C.C. – Eu o conheci ainda, muito pouco, quando eu era estagiário.

C.V. – Era uma figura. E era um homem profundamente getulista, no sentido, não, vamos dizer assim, da política partidária; da política executiva, quer dizer, do estadista. Ele compreendia a questão do estadista. Então, foi muito importante. Acho que foi muito rica, a conversa, e foi muito fácil.

C.C. – Ele acolheu de início, a ideia de receber o arquivo Vargas?

C.V. – De imediato.

C.C. – Mas, nessa época, receber o arquivo Vargas... Eles tinham a compreensão de que...? Ou você já tinha essa ideia de criar uma coisa que não fosse apenas um memorial do arquivo Vargas, que fosse um centro de pesquisa, também?

C.V. – Não. Quando minha mãe escreve a carta – e a carta está lá no Cpdoc –, ela diz na carta que a condição seria essa: primeiro, que não fosse para abrigar o arquivo Vargas,

mas, sim, todos os seus contemporâneos, incluindo partidários e não partidários, e que... aí já era um pouco mais a minha cabeça, obviamente, influenciando, mas que se fizesse um centro de reflexão, um centro de reflexão sobre o período. Porque, obviamente, é um período que, naquela época então, não tinha nada escrito. Nada. É claro que o Cpdoc ilustrou, aprofundou, pesquisou e fez, com muita riqueza, muitas informações e muitos dados, muito trabalho sobre isso, mas naquela época não tinha nada.

C.C. – E o Cpdoc, quando o dr. Simões decidiu então acatar...

C.V. – Em 1973.

C.C. – Mas ele começou funcionando dentro do Indipo, que era o Instituto de Direito Público e Ciência Política, não é?

C.V. – É.

C.C. – Ele funcionava já na Fundação. Ele foi com alguma independência? Ou, não, era uma parte que foi incorporada...?

C.V. – Era uma parte. Era um centro dentro do Indipo, que era presidido pelo dr. Themistocles Cavalcanti. O dr. Themistocles foi uma das pessoas mais doces que eu já conheci na minha vida. E dentro da Fundação Getúlio Vargas, que era um lugar de homens fortes e mulheres fortes, realmente, ele era uma pessoa muito especial. Ele me ajudou muito, muito, o dr. Themistocles. Ele me acolheu e acolheu o Cpdoc com muito carinho. E ele tinha participado da Revolução de 1930. Ele fez parte do Tribunal, ele fez parte da redação da Constituição, ele teve... Ele era um homem daquela época, também.

C.C. – Temos os arquivos dele lá.

C.V. – É. Então, não foi difícil conversar com ele. Toda a parte que formalizava o Cpdoc, toda aquela parte foi toda ela feita pelo dr. Themistocles. Imagina, ter o dr. Themistocles como redator dos contratos...

C.C. – Dos contratos de doação.

C.V. – ...de doação do Cpdoc! É um luxo, não é? É uma maravilha!

C.C. – É. Agora, você está falando que “acolheu o Cpdoc”. Na verdade, o Cpdoc, nesse primeiro momento, era o arquivo Vargas, você... Quem mais já havia nesse momento?

C.V. – No início... Quer dizer, a primeira foi a Anita, mas depois a gente foi...

C.C. – Anita Murakami.

C.V. – Anita Murakami.

C.C. – E você a conhecia já?

C.V. – [Conhecia] da UFF. Ela trabalhava comigo na UFF. Trabalhava e foi minha aluna, também, quando eu dei aula na UFF.

C.C. – Então, no início foram vocês duas que foram para o Indipo.

C.V. – Para o Indipo. Mas tinha o Cpdoc. Tinha o nome Cpdoc.

C.C. – E o nome, quem que criou o nome Cpdoc, Centro de Pesquisa e...?

C.V. – Foi uma mistura da minha cabeça com a dona Lídia Sambaqui, que era uma diretora... Ela era especialista em bibliotecas. O dr. Simões...

C.V. – Da Fundação.

C.C. – Na Fundação Getúlio Vargas. [O dr. Simões] trouxe ela para dentro da Fundação, assim como a dra. Janice Monte-Mór, que tinha sido diretora da Biblioteca Nacional, e as duas faziam um trabalho de levantamento de bibliotecas, que era muito a cabeça do Dasp, ou do dr. Simões. E elas me ajudaram muito, principalmente a dona Lídia, no início, porque eu não sou uma especialista em documentação. Eu tive muita dificuldade em entender e até em estudar isso. A dona Lídia me ajudou, e depois, outras: Maria Amélia Porto Miguez me ajudou, também. A minha formação toda era em ciências sociais. E foi um nome criado para... porque eu queria pesquisa, mas eu queria documentação, então, tinha que ser Centro de Pesquisa e Documentação. Mas era de história, e de história contemporânea do Brasil, porque não era da história anterior à Revolução, da República Velha; era da República Nova.

C.C. – Agora, pensando retrospectivamente, você tinha ideia de que estava criando uma coisa muito original? Porque havia centros de pesquisa – o Cebrap era um centro de pesquisa, ou a própria universidade, as pós-graduações nascendo, no Iuperj, no Museu Nacional...

C.V. – Você vai fazer eu começar a chorar daqui a pouco. [riso]

C.C. – Mas pesquisa. E tinham os centros de documentação: museus, bibliotecas, arquivos e centros de documentação, como o do Hélio Silva. Por mais que escrevesse os livros, era ele compilando aquilo, com uma equipe de assistentes.

C.V. – Exatamente.

C.C. – Então, olhando retrospectivamente, tem o centro de pesquisa, e documentação está no nome. E outra coisa: história contemporânea do Brasil. Porque o que tinha de documentação na maioria das instituições era, basicamente, Império, Colônia ou, no máximo, Primeira República, a República Velha.

C.V. – E mal organizada.

C.C. – Vamos dizer, história pós-1930...

C.V. – Nada. Não tinha nada. Estava tudo na casa das famílias. Tudo. Alguns, eu peguei de caminhão, na boleia do caminhão, literalmente.

C.C. – Mas voltando à pergunta, você imaginava que estava criando uma coisa que não era exatamente o que existia em outros lugares...

C.V. – O convencional. Sabia.

C.C. – ...que não era convencional?

C.V. – Sabia que não era convencional, sabia que era uma coisa diferente.

C.C. – Estava levando arquivos sem tanto arquivistas; era mais cientistas sociais e historiadores que estavam...

C.V. – Eu exigia que as pessoas técnicas em biblioteca e arquivo estudassem história. Tanto que a Ana Lígia foi para lá... Duas bibliotecárias foram para lá, e eu pedi: “Olha, para entender e trabalhar no Cpdoc tem que entender de ciências sociais e de história. Ou vocês fazem o curso de ciências sociais ou o de história, vocês podem escolher. Eu libero tantas horas que forem necessárias, mas o curso é necessário”. Uma fez, a outra não fez e não ficou. A que não fez não ficou.

C.C. – A área de biblioteconomia já tinha aquelas regras muito fixas, não é?

C.V. – Era muito difícil, muito difícil. Eu tinha que abrir mentes.

C.C. – Já arquivo...

C.V. – Tanto que quando eu fui... No Arquivo Nacional, também, a minha cabeça era essa: “Não me venha com regra muito rígida porque não pode”.

C.C. – Porque a área de arquivo, também, eu imagino que fosse arquivo público só que se interessassem; não arquivo pessoal. Arquivo pessoal, o arquivado era...

C.V. – Tanto num caso como noutro, se você não entende de história, você não coloca o documento no lugar certo, e aí o pobre do pesquisador vai morrer sem descobrir o documento. Quer dizer, a minha visão era de pesquisadora, porque eu era uma fuçadora de arquivo. Eu tinha feito, com o Luciano Martins, a história do BNDES, então, eu percorri arquivo do Ministério da Fazenda, arquivo de pessoas que trabalharam na criação do BNDES etc. e tal. Isso foi antes de eu ir para a França. Está meio anárquica, a minha cronologia. E esse trabalho me fez ver o que era um arquivo com documentos desorganizados. Era impossível de você trabalhar. Você praticamente tinha que organizar o arquivo e depois trabalhar. E isso eu tive que fazer em vários lugares, para poder fazer uma história do BNDES, que é uma coisa específica, é uma instituição. Nada de mais. O próprio arquivo Vargas, eu tive que fazer isso.

C.C. – Mas logo... Não vou lembrar exatamente a data, mas logo nesse momento inicial, nos dois primeiros anos, além do arquivo Vargas, acho que Oswaldo Aranha foi o segundo...

C.V. – Esse foi na boleia do caminhão.

C.C. – ...Capanema; Etelvino...

C.V. – O Capanema foi dentro... Ele tinha um apartamento alugado no Flamengo para guardar os seus papéis. Imagina o que significava para esse homem isso, ele me entregar essa documentação toda. Eu fui pessoalmente ao apartamento. Porque era como se ele estivesse dando um filho. O Etelvino Lins, quando entregou o arquivo, chorou. Eu não sei o que representava para cada um. Eu sei que para a minha mãe representou muito. Mas representou para todos eles.

C.C. – Era uma história muito próxima.

C.V. – Muito próxima. Era a vida deles. E não era uma vida normal. Porque todos eles, se você pensar, Getúlio, Oswaldo, Cordeiro de Farias, Etelvino, todos eles eram homens da Revolução de 1930 ou que aderiram logo depois, num momento em que o país estava em ebulição. Então, essa ebulição significava uma mudança, vamos dizer assim, econômica, social e política institucional muito forte que deve ter... Todos eles tinham a consciência disso. Então, significava passar para a posteridade, também, não é? Acho que devia ser isso.

C.C. – E você pedia os arquivos? Ou era sua mãe? Ou, se você conhecia...?

C.V. – Era eu mesma.

C.C. – Você mesma. Quer dizer, conhecia a todos, também, e provavelmente, da sua casa, das suas relações.

C.V. – É. Mas eu fui também atrás dos arquivos da UDN, é claro. Fui, procurei. Tanto o Cordeiro foi e vários outros foram. Não foi só os arquivos que eram ligados a Getúlio, do PSD e do PTB que chamavam, da situação, mas também da oposição.

C.C. – Em poucos anos, esses arquivos da Era Vargas foram quase todos recolhidos.

C.V. – Porque era, vamos dizer assim... Te dizendo, Celso, as pessoas estavam todas com muita idade já, e era uma solução natural, porque a Fundação Getúlio Vargas, com o dr. Simões Lopes, já era uma garantia. E era uma instituição séria: o Cpdoc começando, eu estando lá, e eles viram também que as pessoas que eu estava trazendo eram todas muito sérias, vinha todo mundo com uma bagagem intelectual muito forte, com doutorado na França, com doutorado nos Estados Unidos. Ninguém estava brincando. Era dinheiro que entrava do Conselho de Cultura, era dinheiro que vinha da Finep, era dinheiro da Fundação Ford. A Fundação Ford bancou o Cpdoc durante... o Programa de História Oral inteiro. Toda a implantação de história oral foi graças ao Richard Morse, que se encantou com o Cpdoc.

C.C. – Foi o Morse que conseguiu o financiamento para criar o Programa de História Oral.

C.V. – Ele era o representante da Ford no Brasil naquele momento. E isso nos deu uma projeção internacional incrível.

C.C. – Bom, além do fato de que os brasilianistas também passaram a procurar o Cpdoc.

C.V. – Passaram [a verificar]. Eles ficavam encantados, porque não era mais a sala de jantar da minha mãe, que era uma confusão. Ela abria só os documentos de 1930 a 1945, que eram os documentos que ela tinha organizado, mas os anteriores a 1930 estavam em um outro espaço, porque ela não tinha como guardar dentro de uma casa, por mais que ela tivesse morado em casas grandes, que foi um ônus que nós sempre tivemos que ter: morar em espaços muito grandes. Meu pai tinha que bancar isso. Porque, quando nós nos mudamos do Flamengo para uma casa no Leblon, a primeira coisa que foi, foi o arquivo Vargas. Aí a minha mãe só olhou para mim. Não precisou dizer muito. Eu fui dormir com o arquivo Vargas, sozinha na casa. Porque, para ela, ela podia ter um Portinari, mas não tinha o menor significado, ou um cristal, ou uma prata. Para ela, o que era importante era o arquivo Vargas. Foi. Teve que ir. Tinha ido em primeiro lugar, não sei por que, por motivos de mudança, aí ela... E eu tive que dormir. Como eu também dormi com condecorações de Getúlio na minha casa durante muito tempo. Porque era uma quantidade de coisas acumuladas durante 19 anos de poder. Porque não eram só os papéis e os documentos que estão no Cpdoc; eram os livros e as peças que foram doadas para o Museu da República. Era muita coisa.

C.C. – O interessante é que, vamos dizer, além do valor afetivo óbvio que ela tinha, mas também se preocupar de dar acesso, de que isso não fosse um arquivo só familiar...

C.V. – Porque ela sabia o que o Getúlio havia feito.

C.C. – ...que outras pessoas pudessem...

C.V. – Ela tinha uma consciência real da revolução que o pai havia feito no país. Quer dizer, vamos lembrar, no século XIX, e a República Velha não mudou muita coisa, o Brasil era: escravos, monocultura e agricultura.

C.C. – As oligarquias estaduais...

C.V. – Oligarquias estaduais.

C.C. – Agora, curiosidade: teve algum arquivo que você não conseguiu porque pedia e não davam?

C.V. – Eu tive muita vontade de levar o arquivo do Carlos Lacerda. Mas, quando ele faleceu – depois eu fiquei muito amiga do Sérgio e sou amiga dos filhos dele até hoje e da Maria Clara –, foi doado para a Biblioteca da Universidade de Brasília. Eu acho que foi até vendido. E é engraçado, o Sérgio uma vez me pediu para eu ir lá ver como é que estava o arquivo, porque não estava sendo tratado, e aí eu, como diretora do Arquivo Nacional, pedi entrada na Universidade de Brasília, para que o arquivo não se perdesse, e fiz esse... Mas teria sido ótimo tê-lo no Cpdoc.

C.C. – Em poucos anos, quando se vê, o Cpdoc começando com o arquivo Vargas, embora com a pretensão de ser um centro de pesquisa, também, e documentação, mas chega você sozinha com a Anita e em pouco tempo tem gente. Eu queria saber primeiro como é que se montou a equipe. Como é que você foi chamado?

C.V. – Eu não tenho a cronologia...

C.C. – Porque isso também significa – eu sei muito isso – custos. Você vai aumentando o custo da instituição.

C.V. – Eu tinha que negociar com o dr. Simões cada pessoa que entrava. Cada pessoa que entrava, eu tinha que negociar com ele. Era muito difícil. O dr. Simões era uma pessoa que dava muito valor, mas ele era um gaúcho autoritário. Como eu também venho de uma família de gaúchos também autoritários, de alguma forma, eu acho que eu sabia lidar com o assunto. E eu gostava muito dele, e ele gostava muito da minha mãe e, obviamente, tinha uma admiração por Getúlio muito grande, e essa passagem foi muito forte e ele ficou muito marcado, muito marcado. Mas eu negociava com ele. Quer dizer, primeiro nós tivemos esse Núcleo de Documentação, a Anita, a Ana Lígia, que entraram; depois nós começamos a montar um grupo de pesquisa, que veio a Aspásia, assim que ela voltou de Paris – ela já tinha a tese dela há muito tempo, mas vinha para morar no Brasil...

C.C. – A Aspásia, na época, ela tinha... Não sei se tinha possibilidade...

C.V. – Já tinha a tese pronta.

C.C. – ...mas ela podia também ter ido para o Iuperj, ou ter ido para...

C.V. – Mas eu fiz o convite.

C.C. – Ela se interessou por essa experiência nova?

C.V. – É. Eu fiz o convite para ela, vamos dizer assim, para ela pegar essa parte de pesquisa porque, obviamente, eu sabia da experiência dela. Ela vinha com uma tese sobre Arraes – aquela tese dela é uma maravilha –, sobre o Nordeste, que é uma coisa que fala das oligarquias...

C.C. – A questão agrária.

C.V. – ...da questão agrária. É uma coisa que dialogava ali, de uma forma ou de outra, porque você ou entendia a oligarquia ou não entende o Brasil. E ela sentou ali, exatamente, e montou um grupo de pesquisa. Era tudo estagiário: Heleninha Gasparian, José Augusto... Era um grupo de seis pessoas. Eram todos alunos de faculdade. Mas a gente pinçou, fez teste, aplicamos um teste e selecionamos.

C.C. – Como é que era o teste?

C.V. – Ah! Não me lembro. Fazíamos uma prova.

C.C. – Eu passei por um teste lá, uma prova.

C.V. – Não tinha prova? Tinha prova.

C.C. – Tinha um documento para fazer uns resumos e uma redação.

C.V. – Tinha prova. A gente mandava fazer prova. Não era sopa, não. A gente mandava preencher alguma coisa. Mas era, em geral, uma redação, para ver se vocês entendiam o que era a Revolução de 1930. Porque, também, botar um neófito ali seria loucura. E se montou um grupo de pesquisa pequeno – depois veio a Lúcia –, então, a Aspásia ficou com a pesquisa. A questão dos livros era uma coisa complicada, aí se chamou um grupo – e a Lúcia foi, vamos dizer assim, a montadora da equipe – para estudar a Brasiliana. Por quê? Porque não eram só os documentos. Quer dizer, a quantidade de livros publicados nessa época era uma loucura, a começar... A gente deu o nome de Brasiliana porque tinha a Coleção Brasiliana, mas tinha documentos brasileiros, também. Tinham os livros sobre a Revolução de 1930, 1932, 1935, 1937.

C.C. – E que vai resultar no livro *Elite intelectual e debate político*, esse monte de coisa.

C.V. – Era uma loucura! O arquivo do Oswaldo Aranha veio com uma biblioteca toda encadernada só sobre a Revolução de 1930 que era uma maravilha! [É ainda]. Está lá, por favor. Está lá.

C.C. – Sim, está lá.

C.V. – E depois veio o Israel. O Israel tinha um projeto. O projeto dele era de fazer um dicionário. Ele queria um dicionário.

C.C. – Quer dizer, ele já trouxe esse projeto para o Cpdoc.

C.V. – Pronto. Aí ele foi conversar comigo. Eu disse: “Bom, aí eu vou ter que arranjar dinheiro”, porque aí eu já não tinha mais cara para falar com o dr. Simões. E aí eu fui ao Conselho Federal de Cultura, que naquela época era presidido pelo professor Manuel Diégues, que era uma doce pessoa.

C.C. – E havia sido seu professor na PUC, também.

C.V. – Foi meu professor na PUC. Eu conhecia muito o Cacá; a Madalena tinha sido minha colega de faculdade, também. Aí nós conversamos muito e ele deu o primeiro... 200 mil reais, me lembro até hoje, para fazer o *Dicionário*. Com isso a gente montou a equipe e o Israel pôde começar a trabalhar – uma equipe pequena. Depois veio a Alzira para o *Dicionário*, também. E a gente começou a ir montando e as pessoas...

C.C. – O Israel, você já conhecia antes?

C.V. – O Israel era casado com a minha prima...

C.C. – Ah, claro!

C.V. – ...a Edith. Mas também influenciado por aquela montanha de papéis e documentos dentro de casa. Claro que é. A Edith foi criada pela minha mãe. Ele via aquilo. Era uma maluquice.

C.C. – Porque a ideia do *Dicionário*, também, ela continuou sendo uma coisa muito original. Na época você não tinha um dicionário contemporâneo, de personagens vivos ainda. Tinha o Sacramento Blake, os dicionários antigos, do Império, de outras coisas.

C.V. – Do Império, exatamente.

C.C. – Como é que era recebido na época isso de...? Quer dizer, por um lado, mexer com documentação, e documentação... às vezes, as pessoas ainda vivas, ou muito recente, isso não era visto como muito empírico e pouco teórico por um certo tipo de público externo? E por outro lado, com história contemporânea, que também não era... Acho que o campo da história...

C.V. – Do ponto de vista, vamos dizer assim, dos pesquisadores acadêmicos ou dos centros de pesquisa, no início, obviamente que todos levantavam o nariz para o Cpdoc e diziam assim: “É coisa de maluco. São todas doidas. São todas doidas e não vai dar certo”. Isso eu tenho certeza. Aí tinha umas brigas. Tive briga com o Wanderley, tive briga com todo mundo. Mas eu também peitava. Enfim, não tinha problema. E a gente, também, no início, publicava muito, vamos dizer assim, coisas muito ingênuas, é óbvio. Era a bibliografia do tenentismo; era uma biografia aqui; era uma cronologia de documento. Não era muito diferente disso. A gente não estava preparado ainda para fazer pesquisa e fazer um trabalho mais forte. Aos poucos é que o negócio foi tomando corpo e a gente foi... Então, o livro que a Aspásia coordenou sobre regionalismo; depois, o da Ângela, do Estado Novo... Enfim, foi indo, a gente foi começando a ter um certo respeito da comunidade acadêmica. Mas eu tenho certeza que nós não éramos respeitadas. Mulher, misturada com documento... Eu achei ótimo quando você entrou. [riso] Sem nenhum preconceito contra as mulheres, mas acho que já chegava.

C.C. – Quando eu entrei no Cpdoc em 1983 como estagiário, tinha isso, o Cpdoc... Não era só de mulheres, nunca foi, mas eram poucos, se comparado... Você falou do Israel, o Gerson...

C.V. – O Gerson, o Israel...

C.C. – Têm alguns outros que ficaram menos tempo, mas era, predominantemente, um conjunto de mulheres, o que era de alguma forma curioso, como se... Era um espaço muito feminino.

C.V. – E na Fundação também era esquisito, porque só tinha homens.

C.C. – E muitas pessoas, vamos dizer, mais progressistas politicamente, também.

C.V. – Exatamente. Só tinham homens. Quando eu entrava, como mulher, para discutir como diretora... já como diretora do Cpdoc na época, mulher...

C.C. – Tirando o dr. Simões, na Fundação como um todo, o Cpdoc era bem-visto ou recebido? Ou era uma...?

C.V. – Olha, como o Cpdoc cresceu muito rápido, quer dizer... Esses núcleos, no final dos anos 1970, nós já estávamos com um Projeto Finep dentro do Cpdoc, sendo financiados pelo governo – era um dos montantes mais expressivos da Finep para a área de

ciências sociais –, a Fundação Ford lá dentro; quando a gente fazia um seminário, vinha Fernando Henrique, vinha Richard Morse. Sabe, nós éramos muito respeitadas. Então, eu comecei a ser chamada de imperialista e expansionista dentro da Fundação Getúlio Vargas, porque eu já estava com quase dois andares.

C.C. – Acabou ficando maior que o Indipo.

C.V. – Fiquei maior que o Indipo.

C.C. – Olha! A criatura, maior que...

C.V. – Fiquei maior que o Indipo, tinha um orçamento maior que o Indipo e tinha uma... Mas respeitava o dr. Themistocles, e nunca deixei de respeitar. Eu consegui minha autonomia com o dr. Afonso Arinos de Melo Franco.

C.C. – Que o sucedeu lá no Indipo.

C.V. – Que o sucedeu. Aí eu acho que tive mais... O dr. Afonso era uma pessoa que não tinha tanto apego ao Indipo como o dr. Themistocles tinha, então foi mais fácil. Ele disse: “Não, minha filha, vocês têm que ter autonomia, eu entendo perfeitamente. Sou eu que vou falar com o dr. Simões”. Eu disse: “Ah, dr. Afonso, que maravilha!”. Aí foi ótimo, foi muito bom.

C.C. – Esses anos iniciais... Você falou que cresceu muito rápido. Além de crescer muito rápido, você já mencionou o *Dicionário*, que era uma grande novidade...

C.V. – Nós tínhamos cem pessoas trabalhando. Teve uma época com cem pessoas. Cem. Isso, na área das ciências sociais, no Brasil, no Rio de Janeiro, nos anos 1970...

C.C. – Mas aí a grande maioria é em volta do *Dicionário*, não?

C.V. – Não.

C.C. – A equipe do *Dicionário* foi gigantesca, em alguns momentos.

C.V. – Olha, documentação, nós tínhamos: Gerson Moura, Branca Moreira Alves...

C.C. – Ah, o Gerson foi da documentação.

C.V. – O Gerson era da documentação. Porque o que eu queria botar?

C.C. – Ele fazia uns relatórios.

C.V. – Eu botava, vamos dizer assim, um pesquisador dentro da documentação. Eles brigavam muito comigo. Mas por quê? Porque eu entendia que só o documentalista, ele não ia entender aquilo. Então, tinha o foco de... Dali saiu o foco de relações internacionais; tinha um foco de regionalismo; a Branca, eu acho que trabalhava... Não me lembro mais. Não era feminismo. Não tinha nada a ver com a tese dela.

C.C. – Agora, isso de colocar...

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

C.V. – Havia uma simbiose muito grande entre a documentação e a pesquisa. Por exemplo, você colocar um Gerson Moura dentro da documentação era muito especial, porque eu sabia que o Gerson ia entender a documentação de relações internacionais de uma maneira que só um especialista poderia compreender e escrever. O que de fato ocorreu. Talvez, os outros não tenham se saído tão bem, mas ele, eu acho que a ideia foi perfeita: ele compreendeu o arquivo Aranha, que era, essencialmente, um arquivo de relações internacionais; ele fazia a interlocução com o arquivo Vargas; e ele montou uma quantidade de livros e projetos e propostas sobre relações internacionais que ninguém tinha colocado à mão antes. Era essa simbiose que eu queria. Como, por exemplo, quando a Aspásia entra para trabalhar com pesquisa, ela colocou seis estagiários, cada um num arquivo, ou cada um numa época... Eu acho que foi cada um num arquivo. Ou ela dividia por arquivos. E eles tinham a obrigação de trazer a fonte do regionalismo desses arquivos, para ela poder refletir sobre a questão regional no Brasil.

C.C. – O mais habitual na época – creio que até hoje, em muitos lugares – seria assim: a documentação **vem**, contrata um arquivista para organizar e aí passa os insumos e os dados para a gente fazer a pesquisa, os cientistas sociais e historiadores. Hoje, já têm experiências, inclusive do Cpdoc, que mostram isso, mas na época não tinha, não é? Na época, os arquivistas e documentalistas...

C.V. – Eram separados.

C.C. – Era outro... um mundo diferente. Você se relacionava também com esse mundo dos arquivistas e documentalistas?

C.V. – Eu tinha que me relacionar, é claro que sim.

C.C. – Como é que era organizar o arquivo...? Você está falando de organizar e pensar sobre o arquivo ao mesmo tempo, de produzir a partir do arquivo.

C.V. – Eu tinha tido a experiência mal-sucedida de ter tido que fazer uma tese sobre a criação do BNDES em arquivos públicos e privados, em que eu tive que praticamente reordenar os documentos para poder entender a criação do BNDES. Foi difícil. Dali eu percebi que um documentalista não tem condições, sozinho, de trabalhar numa documentação histórica. Adelina tem dupla formação, a Regina tem dupla formação, a Ana Lígia tinha dupla formação. Na minha época, todos tiveram dupla formação. E os que não tiveram, saíram. Não dá. É impossível. Você faz bobagem. É aquela piada que todo cientista social sabe, que uma bibliotecária foi catalogar o livro do Sérgio Buarque de Holanda e colocou em botânica, o *Raízes do Brasil*. Então é isso. Isso era o nosso cotidiano. Não pode ter *Raízes do Brasil*, aqui, em botânica. Esse erro não vai acontecer. Tinha que estudar. E a gente fazia seminários. Eu e a Aspásia ficamos lá várias vezes debatendo: “O que é a Revolução de 1930? Como é que foi a Revolução de 1932?”

C.C. – Isso juntando também com os estagiários?

C.V. – Todo mundo.

C.C. – Todo mundo.

C.V. – Todo mundo. A Aspásia só faltava demitir todo mundo. Tinha que participar. Porque a gente estava aprendendo junto. Nós estávamos aprendendo, também. Alguns documentos, eu não tinha lido. Eu não tinha lido o arquivo Vargas inteiro. Me obriguei lá dentro, porque eu não sou louca.

C.C. – E as entrevistas começaram...? Bom, o Programa de História Oral é de 1975, eu não sei exatamente quando, mas você falou que o Morse é que estava à frente da Fundação Ford como representante.

C.V. – Foi por quê? O seguinte, a gente percebia que nem todo mundo tinha arquivos tão estruturados como no caso de Getúlio e Oswaldo Aranha, que são realmente os mais expressivos, e algumas pessoas precisavam falar. Mesmo porque tinha a questão do regime militar, tinha a questão, vamos dizer assim, de uma mudança política muito forte, em que a expressão oral talvez pudesse ajudar as pessoas a se organizarem e a falarem melhor. E a Aspásia evoluiu da pesquisa para a questão das entrevistas, e a gente teve um apoio do Richard Morse para isso. Porque a história oral era uma coisa desconhecida no Brasil. Quem trouxe foi a Fundação Ford, para o Cpdoc montar um centro de pesquisa em história oral, que também é chamado de Pesquisa em História Oral. Eu acho que sim. Não tenho certeza. E a gente trouxe os melhores do mundo na época. Veio uma, que eu não me lembro, que era dos Estados Unidos e a Eugenia Meyer, que tinha a pesquisa com a revolução mexicana, e a gente fez um debate. Uma era mais especializada em elite e outra, mais em sociedade. Enfim, fizemos um debate para entender melhor o que era a metodologia de história oral para depois sair fazendo isso. E depois fomos. Criamos. Fomos inovadores mais uma vez.

C.C. – É. E tinha... Bom, também tinham os personagens vivos que podiam ser entrevistados: ex-tenentes ou pessoas dessa época.

C.V. – Exatamente.

C.C. – E acabou sendo também muito inovador...

C.V. – Muito.

C.C. – ...muita novidade. Apesar de também ter tido críticas em muitos momentos, que é uma história... Isso eu chegava a ouvir às vezes: “É uma história mais preguiçosa”. Não tinha a compreensão de que se estava também produzindo uma fonte...

C.V. – Uma fonte que poderia desaparecer.

C.C. – ...a partir de um diálogo com o pesquisador.

C.V. – E que podia desaparecer. E eu te digo, nós erramos: nós fizemos uma relação de pessoas pelos mais antigos e, na verdade, outros faleceram, mais jovens, que tinham sido presidentes da República, e nós não chegamos a entrevistá-los completamente, como Juscelino e João Goulart.

C.C. – Agora, o fato de lidar também... Você está falando de um centro de história contemporânea com cientistas sociais e historiadores, mas também é um centro que, pelo menos no início e em boa parte da sua trajetória, lidava com elites políticas. Em 1973, estamos ainda no regime militar – o Cpdoc cresce nesse final dos anos 1970 –, mas depois, quando tem a abertura, a transição, outros temas começam a ficar mais em voga: a história dos oprimidos, dos vencidos, história a contrapelo. Também tinha esse... Nesse momento inicial, ainda nos anos 1970, de que “ah, vocês fazem a história da direita, dos vencedores”.

C.V. – Dos vencedores...

C.C. – Isso acontecia também?

C.V. – ...da elite política brasileira. Sim. Mas e daí? Qual é o problema? Nenhum. É preferível que se faça uma coisa bem feita e que se esgote e que se... **Não** que se esgote, porque eu acho que é inesgotável, mas que se faça bem feito. Aí começaram a surgir outros centros de pesquisa, como o de Campinas...

C.C. – O Edgard Leuenroth, o Arquivo?

C.V. – ...o Arquivo Leuenroth, que são importantíssimos, meu Deus do céu! Tudo é importante. Tem que ter a história dos vencedores e dos vencidos, da elite e do povo. É evidente que tem que ter de todos eles. Inclusive, a gente chegou, numa determinada época, a fazer uma divisão histórica, quando a Maria Amélia Miguez entrou. Porque tem o Museu Imperial. O Museu Imperial era um centro de pesquisa na época, então, ele se especializou naquilo que era mais ou menos até o século XIX; a República Velha estava na Casa Rui, e a Maria Amélia Miguez era a historiadora e bibliotecária da Casa Rui...

C.C. – O movimento operário, no Edgard Leuenroth.

C.V. – O movimento operário, no Edgard Leuenroth. Outros tinham questões mais importantes, de outras questões que não sabíamos. Mas a gente começou a ver inclusive os regionais. Cada estado tinha que ter a sua história oral. Cada estado tinha que ter um centro de reflexão.

C.C. – Agora, em pouco tempo, também, o Cpdoc saindo de um arquivo e uma, duas pessoas e virando uma instituição, eu não sei se é errada essa avaliação, mas ele não tinha competição no Brasil. Não tinham outros centros que competissem pelos mesmos arquivos e entrevistas. Eu estou errado nisso? Isso é uma experiência muito única, não é?

C.V. – Porque houve essa facilidade de ter esse convívio, vamos dizer assim, de ter as pessoas... A facilidade de ter um convívio com as pessoas da elite da Revolução de 1930. Isso, obviamente, pelo conhecimento que meus pais tinham e que eu também passei a ter, como também pela posição da Fundação Getúlio Vargas, do dr. Simões Lopes. Eu acho que tudo isso facilitou muito para que rapidamente a gente conseguisse ter pelo menos os contemporâneos de Getúlio Vargas todos reunidos. E a gente fez rápido.

C.C. – A documentação de arquivo é uma documentação única, também.

C.V. – Porque nós tínhamos que ser rápidos, também, por causa da idade das pessoas e também, Celso, porque era um ato de ousadia, você, em 1973... Era o governo Geisel, não é?

C.C. – Era Médici ainda.

C.V. – Exatamente, era Médici. [Era um ato de ousadia], você criar um centro, na Fundação Getúlio Vargas, sobre Getúlio Vargas, juntar as pessoas em volta dele rapidamente – tinha que consolidar aquilo muito rapidamente –, e ainda conseguir dinheiro do governo. Aí já foi no período Geisel, foi o dr. Pelúcio, aí já foi melhor, é claro. Mas, de qualquer maneira, foi um ato de ousadia, e a gente tinha que consolidar a instituição muito rapidamente, para não perder a oportunidade.

C.C. – Bom, e também teve sorte de que esses financiadores – você mencionou o Morse e o Pelúcio, também – reconheceram o mérito.

C.V. – O Fernando Henrique foi muito importante, também. Eu digo que eu tenho três pessoas a quem devo fortemente o Cpdoc. Primeiro, o Simões Lopes. Se o dr. Simões poderia não ter aceito isso? Poderia. Mas não só ele aceitou como ele deu uma força enorme, tanto que em pouco tempo eu estava ocupando dois andares. Isso na Fundação, naquela época que só tinha economia e administração – a educação também, no Centro de Recursos Humanos –, foi... Eu, sem o dr. Simões, não teria conseguido isso em nenhuma outra instituição do Brasil, eu tenho muita consciência. O outro foi o Fernando Henrique Cardoso, que me ajudou a refletir sobre a instituição e a forma de ter uma instituição que fosse **público-privada**. Getúlio não podia estar numa instituição pública naquele momento, no governo.

C.C. – É privada. Bom, de interesse público, mas privada.

C.V. – Privada. Ele teria que ter um caminho privado qualquer que pudesse um dia... Não sei para onde ia evoluir aquela revolução. Então, politicamente, acho que o Fernando Henrique foi importantíssimo para mim, nesse sentido. Ele me ajudou muito. O dr. Pelúcio, que foi a pessoa que, no governo Geisel, financiou, vamos dizer assim, internamente. Porque nós tínhamos dois orçamentos: nós tínhamos um orçamento da Fundação Getúlio Vargas e um orçamento da Finep. Era praticamente equivalente. E com isso a gente conseguia crescer.

C.C. – Eu fui contratado pelo orçamento da Finep. Eu era parte da Finep.

C.V. – A gente crescia com a Finep. Aí a Fundação, quando via, já estava. Foi uma maneira de desenvolver. E uma quarta pessoa: o Richard Morse, que foi uma apresentação do Fernando Henrique para o Cpdoc e para mim. Ele me levou à Fundação Ford, abriu uma porta e disse: “Conversa com esse homem porque ele vai lhe ajudar em muito na Fundação Getúlio Vargas, porque ele vai... Ele vai entender o seu projeto”. E foi realmente uma maravilha. Eu fiquei uma manhã inteira com o Morse e com o Michael Conniff. Com os dois. E dali saiu ‘História Oral’, depois saíram outros projetos, e em tudo foi realmente... O Morse deu o viés internacional que a gente precisava e nos lançou internacionalmente. Foi muito bom.

C.C. – **Em termos...** Eu já ouvi falar, não sei se você considera esse também um marco na história do Cpdoc, quando teve o seminário sobre a Revolução de 1930, os 50 anos. Mas eu não sei se para você teve algum marco anterior, vamos dizer, de... não é de projeção, mas de exibição pública de... Quer dizer, realmente, você concorda com...? Agora, não foi dentro da Fundação; foi no Ibam que foi feito.

C.V. – Deixa eu explicar. Ali, o Cpdoc...

C.C. – Eram os 50 anos da Revolução de 1930, então, era um marco que o Cpdoc tomava como... de referência para o que seria essa história contemporânea, um definidor.

C.V. – Eu estava grávida do Pedro. Eu quase pari, ali. O que é que eu posso te dizer? O Cpdoc estava muito importante. Nós dávamos primeira página todo dia, de jornal. Todo dia. Durante o seminário da Revolução de 1930, nós demos primeira página nos jornais do Rio de Janeiro. Aquilo deixava a Fundação enlouquecida, enlouquecida. Não foi na Fundação...

C.C. – De felicidade ou de ciúmes?

C.V. – Ciúmes. Ciúmes. E eu tive que fazer no Ibam. Foi uma forma de afastar um pouco de dentro da Fundação para ter um pouco mais liberdade e convidar quem a gente quisesse, porque tinha gregos e troianos e a gente queria ter a liberdade de conversar com todo mundo, de ter um debate aberto sobre a Revolução de 1930. E fizemos. Depois saiu a publicação com os textos todos [*Revolução de 30: seminário internacional*].

C.C. – Os dois livros sobre o seminário.

C.V. – Foi aí o nosso...

C.C. – O *début*.

C.V. – ...nosso *début*. Concordo contigo, foi um... Agora, foi complicado. Institucionalmente... Ali, nós estávamos muito grandes para a Fundação. Ali, as pessoas já estavam todas muito apreensivas com o tamanho que o Cpdoc estava adquirindo na Fundação. Por isso que às vezes a gente tem que andar de salto alto lá dentro.

C.C. – Uma outra característica, Celina, porque a gente já mencionou várias delas, e muitas delas são muito inovadoras, em termos de produto, em termos de junção de pesquisa e documentação, mas também eu acho que – e queria também ver se você concorda – essa marca, desde o início, de uma interdisciplinaridade muito forte: essas pessoas que foram, alguns faziam sociologia, ciência política, história, antropologia, ou tinham experiência como documentalistas, de alguma forma. Isso foi acontecendo? Era mais ou menos premeditado? Como é que isso aconteceu? Porque a experiência universitária é muito diferente.

C.V. – Muito.

C.C. – Os departamentos...

C.V. – São estanques.

C.C. – ...segregam, se não no início, logo em pouco tempo você tem o departamento disso e o departamento daquilo, placa de um e placa de outro. E o Cpdoc até hoje mantém isso, não tem departamentos. Mas, nesse momento inicial, isso foi acontecendo porque era...? Era quem estava disponível e “vem cá” e, por acaso, um fez política, outro estava interessado em relações internacionais, outro era de história? Ou de alguma forma vocês tinham também consciência disso?

C.V. – A gente tinha a consciência disso.

C.C. – Quer dizer, em que medida foi um projeto mais consciente ou um acaso?

C.V. – Veja só, a própria Escola de Sociologia e Política é uma escola, vamos dizer assim, aberta. Ela é uma escola que te leva a optar por um nível de especialização se você quiser, por sociologia ou política ou economia. E ali você convive com tudo e você tem aulas diferenciadas, com umas pessoas ou com outras, tanto faz. Na verdade, foi proposital também porque eu acho que a experiência que você tem na Europa é uma experiência mais multidisciplinar: você não faz só um curso de ciência política; você também frequenta um curso do Bourricaud... Nós íamos todos assistir o Bourricaud falar. Por quê? Só pelo prazer de assistir o Bourricaud. Isso na Europa é comum. E você podia. A universidade era aberta. Você tinha essa possibilidade. Você ia assistir um Touraine... Eu era aluna do...

C.C. – Bourdieu?

C.V. – Não, do Bourricaud.

C.C. – Ah, Bourricaud.

C.V. – O Bourdieu é que fazia as aulas abertas. Mas você podia assistir um Touraine. Ia obviamente aprender. Fazia-se curso de marxismo. Tudo era aberto. Tudo isso funcionava. A universidade na França é depois de Maio de 1968.

C.C. – Agora, nesse primeiro momento, não sei se é uma impressão errada, mas até as pessoas que você mencionou e as instituições, na época, nos anos 1970, seriam mais do que seriam as ciências sociais do que história propriamente dito. Na história, eu acho que estava mais tradicional, talvez. Depois vai ter a nova história francesa e todo o efeito disso, as relações da história com a antropologia, com história das mentalidades, história do cotidiano, mas acho que nos anos 1970, no Brasil...

C.V. – Mas aí é para o exterior.

C.C. – ...ainda era mais tradicional.

C.V. – Mais convencional, mais restrita, menos multidisciplinar. E as ciências sociais, não, eu acho que elas estavam mais abertas. Bom, a minha visão de Cpdoc: foi mais voltado para as ciências sociais. Realmente, sempre foi. Primeiro porque eu vim de lá e a minha formação foi com uma abertura entre sociologia e política e tendo frequentado vários cursos e não ter me... e ter evitado isso. Ao contrário, eu acho que você tem que ter um mundo aberto de conhecimento para você poder entender melhor. Então, eu sempre tive o foco maior nas ciências sociais. Achei ótimo ter um diretor antropólogo.

C.C. – Você saiu... Foi em 1979 ou em 1980 que você foi para o Arquivo Nacional?

C.V. – O Arquivo Nacional, eu fui em 1980.

C.C. – Em 1980. Quer dizer, você foi depois do... Na época do seminário...

C.V. – Não. Foi durante. Eu já estava no Arquivo Nacional. Eu estava assumindo o Arquivo Nacional, e me lembro bem porque eu estava grávida do Pedro. Eu já estava no Arquivo Nacional, mas me pediram para voltar e ficar... É claro, com um seminário desses... Eu participei desde o início, mas eu fiquei muito, ali, atenta, porque nós estávamos criando muita dificuldade com a Fundação. A Fundação ficou muito enciumada.

C.C. – Você tinha que...

C.V. – Segurar.

C.C. – É claro. Quando você foi para o Arquivo Nacional, não foi a Alzira que ficou logo de responsável. Como é que ficou?

C.V. – Não, quem ficou...

C.C. – Você continuava como diretora do Cpdoc?

C.V. – É. O dr. Simões não me deixou largar o Cpdoc. Ele pediu que eu continuasse nem que fosse meio tempo. Eu disse: “Então o senhor me reduz o salário, mas eu não quero ficar ganhando por aqui e pelo Arquivo Nacional. O senhor faz uma redução salarial e eu fico como diretora meio tempo, mas... Eu venho, obviamente, e toda vez...”. Quem ficou no meu lugar, eu acho que no início foi a Célia Camargo; depois, eu acho que foi a Alzira; depois, eu acho que foi a Lúcia. É isso?

C.C. – É.

C.V. – Depois a Marieta e depois você.

C.C. – Mas, nesse período no Arquivo Nacional, você acompanhava de perto o Cpdoc?

C.V. – De perto. De perto. E quando tinha reunião de diretores, eu tinha que ir à Fundação. E eu ia. Quer dizer, as pessoas me informavam o que estava acontecendo, qual era a discussão e eu participava da reunião de diretores. **E só tinha homem. Tinha aquele clima.**

C.C. – Quer dizer, no Cpdoc era majoritariamente feminino.

C.V. – Era.

C.C. – **Na Fundação, majoritariamente masculino.** Teve alguma coisa, nesses anos iniciais, alguma iniciativa que você acha que não deu certo ou que, se pudesse voltar no tempo, não... Quando você olha retrospectivamente...

C.V. – Não. Eu acho o Cpdoc um sucesso.

C.C. – Porque parece uma história de muito sucesso e originalidade. Também sou muito envolvido, como entrevistador, nisso. Mas pensando nessa novidade de ter arquivos pessoais contemporâneos organizados por cientistas sociais e historiadores, também, uma coisa muito interdisciplinar, produtos como o *Dicionário* e a história oral...

C.V. – Muito disciplinar, com muito critério, produtos sendo criados a partir disso, das reflexões sobre isso, metodologias novas. Eu acho que a gente tem... E agora vocês estão com o curso, não é? No início, teve um momento...

C.C. – Chegaram a pensar em ter curso, em algum momento?

C.V. – Teve um momento... Eu sempre tive muito medo. Vou te dizer isso, assim, abertamente. Alguém pode até dizer: “Não, a gente teve a opção de fazer o curso e não fez porque...”. Teve um momento que eu mesma tive receio.

C.C. – Quando eu entrei, chegava-se a discutir, ou chegaram a falar por que não criava um mestrado em história política. Alguma coisa assim. Não sei se...

C.V. – Teve uma época que se pensou nisso. Eu tinha muito medo de criar aquela máquina de fazer... de formação, que eu não gostava muito. A Fundação tem um lado profundamente acadêmico e ela tem um lado que ela forma muito, vamos dizer assim, mecanicamente. Eu tinha muito medo dessa formação mecânica e eu tinha muito receio de que tirasse esse viés, vamos dizer assim, da pesquisa com a documentação, essa simbiose que sempre me pareceu muito criativa e inspiradora para você entender os documentos e não se deixar também só ficar num gabinete fazendo pesquisa, nem só trabalhando documentos. Ter uma coisa misturada. Então, eu tive um pouco de medo disso. Então, se eu tenho alguma responsabilidade de ter atrasado a entrada da educação, dos cursos, da pós-graduação no Cpdoc? Tive. Eu tinha medo desta fábrica, que não houve.

C.C. – Talvez, na época... Quer dizer, quando começou a surgir, foi gradualmente, a instituição já tinha 30 anos, então, já tinha muito forte essas marcas. Quer dizer, a atividade de ensino se encaixou, mantendo a interdisciplinaridade, não tendo departamentos, mantendo a importância das fontes do arquivo, das metodologias dessa discussão. Talvez, no início, isso acabasse...

C.V. – Engolindo.

C.C. – ...engolindo uma coisa ainda mais recente.

C.V. – Foi assim, foi o momento. Agora, eu posso ter acertado, como posso ter errado. Também não sou totalmente... Agora, acho que é um sucesso. Acho que, ainda crescendo essa questão do ensino, sem prejudicar, vamos dizer assim...

C.C. – A pesquisa e a documentação.

C.V. – ...a pesquisa e a documentação, que são, vamos dizer assim, os núcleos mais fortes e os que vão... eu acho que de alguma forma vão sempre renovar as ideias e as propostas e as pesquisas e o conhecimento, acho que é uma coisa positiva.

C.C. – E vamos fazer 40 anos ano que vem.

C.V. – Já?!

C.C. – Quarenta anos.

C.V. – Mil novecentos e setenta e três. Nossa mãe! Meu Deus do céu! É uma glória, não é?

C.C. – Quarenta anos.

C.V. – É muito bom, muito bom.

C.C. – É muito bom, não é?

C.V. – Quantas pessoas têm trabalhando agora? Agora **eu estou invertendo**. Quantas pessoas têm trabalhando?

C.C. – Funcionários... Bom, tem uma pequena flutuação, mas em torno de 55 ou 56, 57. Funcionários, não é? E a gente tem em São Paulo, agora, uma coordenação. Ainda pequena, com 3 funcionários, mas que ts crescendo porque começou a crescer a nossa operação lá e várias atividades. Tem um público de alunos, que não é muito grande a área de ensino, acho que a gente mantém uma dimensão razoável, que não engole o resto, né.. talvez uns 80 alunos de pós-graduação e um outro tanto de graduação. E uma população grande de bolsistas e estagiários e assistentes de pesquisa.

C.V. – Isso é ótimo.

C.C. – O que faz esse número aumentar. Eu não sei exatamente... Quer dizer, sem contar os alunos...

C.V. – Sem alunos.

C.C. – Só pesquisadores, assistentes e estagiários, umas 120 a 130 pessoas que estão, entre bolsistas, estagiários e assistentes e tal.

C.V. – Tem bastante.

C.C. – Se juntar o público de aluno, têm umas 300 pessoas que são Cpdoc. Mas aí é juntando...

C.V. – Aluno realmente é uma população... Quer dizer, se bem que ocupa espaço.

C.C. – Muitos alunos nossos trabalham também – por exemplo, a Gabriela aqui – como estagiários, também. Quer dizer, a gente é... continua sendo uma escola. Eu entrei como estagiário.

C.V. – Claro!

C.C. – Quer dizer, muitas pessoas da equipe foram...

C.V. – Nós todos éramos... Eu e a Aspásia éramos formadas, obviamente, já tínhamos os nossos... ela tinha a tese feita – eu não tinha a tese feita –, a Alzira tinha a tese feita. Mas isso não quer dizer nada. Nós aprendemos. Toda a nossa bagagem, a gente aprendeu ali. Aquilo ali, nós estudamos juntos. Aquilo foi uma coisa criativa: Lúcia, Aspásia, Alzira, Israel, todo mundo aprendeu junto. Porque era uma coisa nova. Ninguém sabia o que ia acontecer. Eu me lembro do Israel – não tinha computador – fazendo o *Dicionário* numa folha de papel almaço, a lápis. É incrível! Cinco volumes ou quatro volumes, já nem me lembro mais.

C.C. – Você tem fotos dessa época, do Israel?

C.V. – Tenho. Aquela letra dele, até hoje eu vejo, desenhada a lápis. E ele apagava com borracha. Era um consumo absurdo de borracha, papel e... Enfim, eu acho que... É uma metodologia nova que ele criou. A reflexão sobre a Brasileira, eu acho que traz uma reflexão nova, um viés diferenciado sobre o entendimento dos livros daquela época; a história oral traz uma inovação, uma metodologia nova inclusive, trazendo, internacionalmente, para o Brasil através do Cpdoc/Fundação Getúlio Vargas; e a documentação e a pesquisa é uma inovação *tout court* que acho que depois... Eu acho que vai influenciar até os arquivos públicos, porque saem do Cpdoc muitas pessoas para irem trabalhar comigo no Arquivo Nacional: Silvia Ninita, Vitor... Até hoje eles estão lá. A Odila, que já é falecida. Mas muitos passaram pelo Cpdoc, ou como documentalistas, ou como pesquisadores, ou como estagiários. A gente empregava todo mundo. A própria Célia Camargo foi coordenar o convênio com a Fundação.

C.C. – Daqui a pouco a gente faz um dicionário das pessoas que passaram pelo Cpdoc, onde estão hoje. Porque deve ser...

C.V. – Mas eu acho que nós temos...

C.C. – Reconstituir todos os estagiários, assistentes, bolsistas, as pessoas que...

C.V. – Eu acho que isso é uma tarefa para os 40 anos, não é, não?

C.C. – Tem que começar agora.

C.V. – Porque têm pessoas que acabaram na política – o ‘Cesinha’ –, têm pessoas que foram montar outros centros de história, na Eletrobras, BNDES... Tem muita gente espalhada por aí que eu encontrava.

C.C. – Em centros de documentação em outros estados, às vezes.

C.V. – Em centros de documentação, arquivos públicos, centros de pesquisa. Eu acho que é uma tarefa maravilhosa!

C.C. – Quem sabe?

C.V. – Põe os estagiários para trabalhar. [riso]

C.C. – Bom, não sei... Tem algum assunto mais, relacionado ao Cpdoc, que você lembre e queira falar?

C.V. – Olha, não chorei. É um bom sinal, não é?

C.C. – Pois é. Em alguns momentos eu achei que eu podia forçar um pouquinho para você chorar, mas eu me contive. [risos]. Mas queria agradecer muitíssimo a tua entrevista...

C.V. – Mas foi muito bom. Acho que é um...

C.C. – ...e agradecer por ter criado o Cpdoc. Eu também sou cria do Cpdoc: entrei com 19 anos...

C.V. – Todos nós somos, Celso.

C.C. – ...e estou até hoje.

C.V. – Sabe, eu acho que essa sensação de que nós aprendemos, eu acho que eu aprendi. Eu também não sabia, nem tinha uma concepção. Eu tinha uma vaga ideia, é claro, influenciada por todos esses pontos que eu já lhe falei, mas essa vaga ideia foi gerada ali dentro mesmo, naquelas mesas, naquelas paredes da Fundação Getúlio Vargas, com muita discussão, muito debate, ouvindo muito as pessoas. A gente chamava as pessoas para debater. Então, eu acho que foi uma equipe que foi montada, e essa equipe aprendeu a dialogar. E esse diálogo, eu acho que está até hoje. É uma coisa positiva que eu acho que enriquece, e é por isso que é um sucesso.

C.C. – Bom, muito obrigado então.

[FINAL DO DEPOIMENTO]